

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### O COTIDIANO INSTITUCIONAL DOS CENTROS POP EM RECIFE: o encontro entre as equipes como dispositivo de mudança.

### THE INSTITUTIONAL EVERYDAY DAY OF POP CENTERS IN RECIFE: the meeting between teams as a device for change

Antônio de Albuquerque Gonçalves Júnior<sup>1</sup>

Ingrid Silva de Melo<sup>2</sup>

Halina Cavalcanti Gouveia<sup>3</sup>

Patrícia Oliveira Lira<sup>4</sup>

#### RESUMO

Esse texto tem por finalidade relatar uma experiência de encontro entre as equipes dos Centros POP do município de Recife-PE como dispositivo de mudança, apresentando aspectos da dinâmica do cotidiano do trabalho nesses equipamentos, bem como algumas dificuldades da operacionalização da Política de Assistência Social para pessoas em situação de rua. Utiliza-se como metodologia a revisão bibliográfica que debate a respeito das políticas sociais, do cotidiano, assim como a utilização das sistematizações dos encontros ocorridos no âmbito da institucionalidade local. Tem-se como resultado o entendimento da importância de estabelecer encontros entre as equipes, buscando superar a imediatividade do cotidiano em busca da construção de uma política efetiva e participativa.

**Palavras-chave:** Assistência Social; Centro Pop; Pessoas em situação de rua; Política pública;

<sup>1</sup> Assistente Social vinculado ao Centro POP Glória (SDSDHJPD/Prefeitura da Cidade do Recife). Graduado pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestrando pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Antoniojnr968@hotmail.com.

<sup>2</sup> Psicóloga vinculada ao Centro POP Maria Lúcia (SDSDHJPD/Prefeitura da Cidade do Recife). Graduada pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca. Especialista em Saúde Mental com Ênfase em Dependência Química (FAVENI). Mestranda em Psicologia, com área de concentração em Práticas e Inovação em Saúde Mental (PRISMAL/UPE). ingridmelo2016.2@gmail.com.

<sup>3</sup> Assistente Social na Divisão dos Centros POPs (SDSDHJPD/Prefeitura da Cidade do Recife). Especialista em Saúde Mental (UPE) e em Promoção e Vigilância da Saúde Ambiente e Trabalho (Fiocruz). Mestre em Políticas Públicas em Saúde (Fiocruz). halina.gouveia@recife.pe.gov.br.

<sup>4</sup> Psicóloga (UFPE). Doutora em Psicologia (Paris 13, FR). Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM/UPE). Professora Permanente do Mestrado em Psicologia Práticas e Inovação em Saúde Mental da Universidade de Pernambuco (PRISMAL/UPE). patricia.lira@upe.br.

**ABSTRACT**

This text aims to report an experience of a meeting between the teams of the POP Centers in the city of Recife-PE as a device for change, presenting aspects of the dynamics of daily work in these facilities, as well as some difficulties in operationalizing the Social Assistance Policy for people living on the streets. The methodology used is a bibliographical review that discusses social policies, everyday life, as well as the use of systematizations of meetings that took place within the scope of local institutions. The result is an understanding of the importance of establishing meetings between teams, seeking to overcome the immediacy of everyday life in search of the construction of an effective and participatory policy.

**Keywords:** Social Assistance; .Pop Center; Homeless population; Public Policy.

**1 INTRODUÇÃO**

A política social tem sua origem na sociedade capitalista, com o intuito de disciplinar o trabalhador livre<sup>5</sup>, o recém-proletariado, a vender sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, de punir, com poder de polícia, aqueles modos de vida considerados desviantes por trazerem à tona a questão social inerente ao capital, questão social que surge “[...] na segunda metade do século XIX, no rastro da revolução industrial, e impôs-se como um fato perturbador da ordem e das instituições liberal-burguesas” (Pereira, 2012, p.31).

As transformações pelas quais passou o capitalismo em sua era dos monopólios (Netto, 2011) – através dos avanços das lutas operárias, que inicia um processo de ebulição da luta de classes, com a ocupação de locais importantes, e, contraditoriamente das necessidades de reprodução do capital em recuperar seus ganhos de lucratividade (Behring; Boschetti, 2010) – faz com que o Estado burguês abandone as suas raízes estritamente liberais na intervenção sobre a questão social para ditar um novo rumo nas políticas sociais.

Desse modo, a constituição da Assistência Social como campo de saber e de prática profissional se deu no bojo dessa contradição, onde se faz necessária a gestão da desigualdade inevitável, sem deixar de sustentar o ideário em torno do indivíduo livre e capaz de participar do processo de produção e de consumo por meio do trabalho. No Brasil, foi estabelecida em íntima relação com a lógica das ações caritativas, enquanto ato de benesse ou filantropia, constituindo-se, assim, no âmbito da bondade, da vontade de ajudar àqueles que sofrem ou

---

<sup>5</sup> Pensemos, por exemplo, nas Workhouses e na Lei dos pobres na Inglaterra no século XVII e XVIII. Para maiores informações ver Behring e Boschetti (2004).

das ações de moralidade. Nesse percurso a Igreja Católica teve uma grande atuação, sendo o Estado a última instância a responder diretamente à questão da assistência, de modo que a aliança entre o Estado brasileiro e o capitalismo tem na base a transferência da responsabilidade social aos dispositivos religiosos tornando, como afirma Mestriner (2001), a assistência e a filantropia “irmãs siamesas”.

Assim, a historicidade da assistência social no Brasil passa por uma equivocidade entre política pública e caridade religiosa, sendo tratada como competência da sociedade civil ou como projeto dos interesses de mercado. Ou seja, a gestão da questão social por meio da política de Assistência Social, no Brasil, carrega consigo diversas heranças históricas, desde o grau de conservadorismo, passando pela sua relação com os traços de ação caridosa vinculada à Igreja Católica, até à propensão ao lugar da subalternidade, permanecendo assim desde o século XIX até que, em 1988, a política de Assistência Social passou a integrar institucionalmente o rol de direito e política social pública, de responsabilidade do Estado democrático de direito, quando passou a constituir o sistema de seguridade social (composto pela Assistência Social, pela Saúde e pela Previdência) (Brasil,2016). Entretanto, tal ação efetivou-se num contexto histórico adverso para a construção de uma política de cariz universal, uma vez que em 1990 tinha-se início o período de governos abertamente ligados ao ideário neoliberal no qual se apregoou a necessidade da diminuição do Estado por meio de cortes no orçamento e privatização da coisa pública, em melhores palavras, o Estado mínimo para o social e máximo para o capital.

Esse paradoxo é bem sintetizado por Couto (2004) ao dizer que “em pleno processo de efervescência da promulgação da constituição de 1988 [...], o Brasil se tornou signatário do acordo firmado com organismos financeiros internacionais[...], por meio das orientações contidas no consenso de Washington” (p.144.), ou seja, ao mesmo tempo em que se comemora a conquista da “constituição cidadã”, tem-se um contexto desfavorável para materialização de suas diretrizes e princípios sociais.

Pensar as maneiras como tais contradições que se dispõem no dia a dia, levando em consideração a conjuntura onde se encontram as políticas sociais, é necessário para que escapemos das armadilhas do cotidiano. Ainda que a esfera do cotidiano seja parte integrante do lugar de reprodução dos indivíduos, se configurando enquanto “um espaço ineliminável e insuprimível” (Guerra, 2013, p. 49), permanecer na tradição histórica do trabalho sob o capitalismo, alienado, irrefletido, não é uma opção compatível a uma perspectiva de ruptura

com o institucionalizado. Portanto, um dos aspectos fundamentais, especialmente na contemporaneidade “é conseguir superar a fugacidade do cotidiano institucional e construir estratégias coletivamente, entre si e com outros atores, para possibilitar um exercício profissional comprometido com outros valores que não esses que a hegemonia burguesa tenta impor” (Souza, 2014, p.46).

Segundo Guerra (2013), o cotidiano apresenta quatro características essenciais: A primeira é a heterogeneidade, dimensão na qual as diversas demandas do cotidiano apresentam-se de maneiras distintas. Outro atributo é a espontaneidade, que se refere à maneira como essas demandas da vida social aparecem na cotidianidade, de modo que “os sujeitos se apropriam de maneira espontânea (e naturalizada) dos costumes, dos modos e comportamentos da sociedade” (p.50). A imediaticidade surge como outro aspecto determinante do cotidiano, por essa forma espontânea de surgir e pela dimensão espaço-tempo surge a necessidade de resolvê-los de forma imediata. A última característica apontada pela autora é a superficialidade extensiva, nesta os fenômenos do dia-a-dia são contemplados e demandados como se a superfície (ou a imediaticidade) refletisse toda a essência da ação e da vida social, que se encerra em si mesma.

Refletir acerca dessa temática mostra-se, portanto, além de mero formalismo discricionário, como estratégias profissionais para superação das tarefas irrefletidas, burocráticas, pragmáticas, dadas a respostas pontuais, parciais e temporárias que são requeridas pelas populações atendidas e pelas instituições especialmente em tempos de hegemonia neoliberal.

Este trabalho surge com base numa experiência institucional no município de Recife, que ocorreu entre os meses de novembro de 2023 a abril de 2024. Foram realizados encontros entre as equipes dos quatro Centros POP do município com a presença de profissionais analistas de nível superior (com formação em psicologia, serviço social e terapia ocupacional) e com os profissionais de nível médio que realizam os atendimentos da população atendida nesses serviços: cuidadores (as) sociais, educadores(as) sociais, e auxiliares administrativos. Esses encontros buscavam a construção de um processo formativo interno de qualificação dos registros, de revisão dos fluxos de atendimento e acompanhamento, assim como a padronização da coleta de dados nesse serviço.

A partir disso, este trabalho busca relatar uma experiência de encontro entre as equipes dos Centros POP em Recife como dispositivo de mudança. Utilizamos como proposta

metodológica a revisão bibliográfica que debate a respeito das políticas sociais, do cotidiano, assim como a utilização das sistematizações dos encontros ocorridos no âmbito da institucionalidade local.

## **2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA PARA O POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM BREVE HISTÓRICO DE UMA POLÍTICA TARDIA**

A intervenção social na vida das pessoas em situação de rua não é uma criação do Sistema Único de Assistência Social, nem uma ação que pode ter seu surgimento atribuído restritamente à realidade contemporânea, embora o caráter dessa intervenção se altere ao longo do tempo. No decorrer da história, é notável o intervalo significativo de tempo para o surgimento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP como política pública, tendo havido vários eventos anteriores que já requisitavam mudanças nesses modos de intervenção.

A linha do tempo que corrobora para essa reflexão já evidencia, há entre 1930 e 1988, período pré-Constituição, o desenvolvimento das políticas atreladas aos direitos sociais emergentes, especialmente os trabalhistas e previdenciários (Oliveira, 2007). Ainda assim, a Lei Orgânica de Assistência Social, que dispõe acerca da organização da Assistência Social e dá outras providências, é estabelecida apenas em 1993 (Brasil, 1993). Só em 2005, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, vai dispor em seu Artigo 23 sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua (Brasil, 2005). No entanto, isso também não trouxe muitas mudanças imediatas, pois ainda demoraria muito para ser instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, que só ganharam materialidade em 2009, mesmo ano que foi estabelecido o Centro Pop (Brasil, 2009). Diante disso, precisamos nos perguntar: por que intervalos de tempo tão longos?

Para responder a esta pergunta, é necessário resgatar as noções de pobre e pobreza enquanto evidências da forma pela qual a questão social inerente às pessoas que usam as ruas como espaço de moradia é tratada. Na visão sociológica sobre os pobres, sobretudo a partir dos anos 1960, era comum defini-los por uma negatividade, isto é, “como o avesso do que deveria ser” (Sarti, 2007, p. 36). Neste sentido, o próprio conceito de população em situação de rua é descrito a partir de referências negativas, daquilo que lhes falta: moradia convencional, família e renda, havendo uma compreensão subentendida daquilo que deveria ser e não é. De

acordo com a autora, existe uma dificuldade de relativização dos pontos de vista que requer uma atenção mais cuidadosa na implementação de políticas sociais e em trabalhos que envolvam essa relação com as singularidades.

A pobreza é historicamente alvo de poderosos discursos que favorecem distintos modos de abordagem das pessoas que a vivenciam. Nesse cenário, é possível identificar inicialmente duas formas de abordar essa questão: a primeira é baseada na lógica da caridade, intermediada pela igreja católica, preponderante em toda a idade média, e subsidiada pela ideia de que a prática enobrece o praticante e "salva o assistido" (Almeida, 2019). A outra forma de abordar a pobreza é baseada na lógica da filantropia, que se estrutura no mesmo ritmo a partir do desenvolvimento do capitalismo. A filantropia é suscitada pela necessidade de padronizar os comportamentos dos pobres, estimulando na classe trabalhadora os requisitos fundamentais para a atuação no contexto industrial e capitalista.

Assim, o Centro POP como política pública tardia emerge voltado às pessoas que são enxergadas a partir daquilo que as falta e, portanto, daquilo que pode continuar sem ter. Tomemos aquilo que é necessário como correspondente à capacidade que o sujeito tem de ser útil e produtivo, produto e produzido pelo meio em que se encontra inserido. Dito de outra forma, esse movimento vagaroso no período da pré-constituição e pós-constituição evidencia um movimento tardio orquestrado, que diferencia aqueles que devem usufruir dos direitos porque podem pagar, daqueles que podem ficar à margem desses mesmos direitos porque não compõem o grupo que se beneficia da apropriação privada do lucro.

Uma outra perspectiva adotada pelo Estado vincula-se a uma perspectiva de criminalização e banalização da violência com o atendimento a essa população, cujo estigma e discriminação relacionam-se fortemente com a leitura de classe e raça que estrutura a sociedade brasileira. Pessoas em situação de rua estão, permanentemente, sendo atendidas de forma violenta, como se "suspeitas, marginais" (Pinheiro; Possas, 2018). Antes da construção de políticas públicas específicas para a população em situação de rua, a legislação era centrada na penalização da condição da pobreza, compreendendo a mendicância como algo a exigir advertência do poder judiciário. A legislação de Contravenção Penal, de 1941 e ainda em vigor, manteve penalidades por "mendigar, por ociosidade ou cupidez" (Art. 60) até 2009, quando só então este trecho foi revogado.

Nesse aspecto, a abordagem às pessoas em situação de rua, que herda e ainda denota ora um viés caritativo, ora filantrópico, alimenta o retardo da efetividade da política pública,

posto que, enquanto a ideia de salvar os assistidos por meio da caridade e lhes estabelecer os critérios para torná-los suficientemente bons para o mercado denuncia a insuficiência da própria política. A política pública de Assistência, materializada no Centro POP, deixa escapar a potencialidade do seu público-alvo enquanto tem como horizonte de análise o conceito estreito de pobreza, enquanto mera carência e falta e não como totalidade de um sistema desigual que produz sistematicamente pobreza (Netto, 2011).

### **3 DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS CENTROS POP DE RECIFE-PE**

Recife conta atualmente com quatro Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP). O Centro POP Neuza Gomes foi o pioneiro, sendo inaugurado em 2011, seguido, em 2012, pelo Centro POP Glória que cobriria a área sul e central da cidade durante mais de uma década, até que o crescimento importante da demanda se apresentou como urgente, provocando a inauguração de mais dois equipamentos. Em dezembro de 2022, o Centro POP Maria Lúcia se constitui para dividir o atendimento da alta concentração de pessoas em situação de rua no centro da cidade, notadamente após à Pandemia da Covid-19, que contribuiu para o recrudescimento da pobreza e miséria nos centros urbanos nos últimos anos. Pouco depois, em maio de 2023, o Centro POP José Pedro é inaugurado, atendendo hoje a população que tem como território de referência a zona sul de Recife.

Reforçamos a seguir com números o contexto regional de pauperização da classe trabalhadora que se relaciona com esse aumento dos serviços vinculados à política pública de Assistência Social. Em pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), foi anunciado que, em 2021, 18,7% da população de Pernambuco estava vivendo na linha da extrema pobreza, sendo o segundo maior percentual do país. Segundo o Mapa da Riqueza no Brasil (Neri, 2023) lançado em 2023, Pernambuco foi o quinto Estado do país que mais empobreceu durante a pandemia da Covid-19. Em Relatório do Censo da População em Situação de Rua, lançado em 2023 pela Prefeitura do Recife, é possível perceber que 26,5% das pessoas estavam nas ruas há menos de 1 ano, e aproximadamente 19,8% viviam entre 1 e 3 anos nas ruas; 13,9% vivem entre 3 e 5 anos nesse contexto.

Desde que o Centro POP surgiu como resposta brasileira, o governo federal construiu um importante documento orientador de sua implementação, o caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop (Brasil, 2013). Contudo, ainda são insuficientes os espaços de avaliação de seu funcionamento no território nacional para identificação de melhorias. Poucas pesquisas se dedicam, por exemplo, a uma escuta mais qualificada da população usuária para sinalizar novos quesitos de ajuste na sua execução. Percebemos que alterações nos modos de vida nos centros urbanos no mundo contemporâneo também têm se apresentado como questões carentes de elaboração para um enfrentamento dos desafios para o atendimento da população em situação de rua de forma mais ordenada e efetiva.

Nesse sentido, apontamos a necessidade de considerar o aumento da violência urbana em associação ao aprofundamento da violência institucional contra a população jovem negra através da política pública de drogas proibicionista (Lopes, 2019; Araújo, 2023), e ao tráfico de substâncias psicoativas ilícitas como estratégia de renda e sobrevivência. Estas são questões que atravessam a dinâmica de vida nas ruas, e, portanto, as repercussões deste cenário têm exigido que as equipes revisem diversos métodos de acesso, atendimento e permanência da população nos serviços especializados. Episódios de agressões verbais e físicas graves entre os usuários dos serviços, ameaças proferidas às equipes de referência, atos de depredação da estrutura física do equipamento têm sido mais expressivos e recorrentes nesses primeiros meses de 2024. A reflexão que apontamos é que, além da reação imediata às situações quando ocorrem, é necessário o esforço de uma análise de estrutura mais aprofundada para intervenções que alterem o formato do planejamento e da execução da política.

Um outro elemento que surge como “nó crítico” na execução desse tipo de serviço na cidade: a contradição de que, a existência de um dispositivo de referência para o atendimento da população em situação de rua, não se torne para as demais políticas públicas (saúde, habitação, educação, cultura) um indicativo de desresponsabilização de construção de estratégias de enfrentamento dessa expressão da questão social. Acessos aos serviços de segurança alimentar, programas de educação, iniciativas de programas de moradia, fluxo de inserção em Cadastro Único são fortemente centrados nos Centros POP, que, ou se configuram como executores ou disparadores da demanda. Uma das repercussões mais evidentes dessa centralização no cotidiano institucional é uma procura significativa de pessoas a esse serviço para acesso a declarações, encaminhamentos e acesso às refeições, e com pouca



disponibilidade de permanência no serviço para construção de ambiente de acompanhamento, convívio, construção de referências, articulador de outros serviços, e construção de novos projetos de vida.

#### **4 A EXPERIÊNCIA DOS ENCONTROS FORMATIVOS COMO MOVIMENTO ÉTICO DE RESISTÊNCIA E MUDANÇA DO COTIDIANO INSTITUCIONAL**

Durante discussões realizadas sobre instrumentos técnicos utilizados pelas equipes dos Centros POPs para qualificação de Registro Mensal de Atendimento (RMA), provocadas pela Unidade de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Executiva de Assistência Social do município, foi identificada coletivamente uma série de outras debilidades na organização do processo de trabalho das equipes e na oferta de atendimento por esse serviço. Existiam organizações do processo de trabalho distintas em cada equipamento desses, o que trazia fragilidades na relação dos serviços com a população usuária, além de uma dificuldade de registro e monitoramento dos serviços de forma unificada.

Identificamos durante os diálogos que tais divergências na organização do cotidiano do trabalho de cada serviço potencializava alguns limites já impostos (como a capacidade de atendimento, por exemplo) pela dificuldade de compreensão dos fluxos de trabalho internamente, com as equipes compreendendo efetivamente o funcionamento das demais, assim como externamente, pelas pessoas que buscavam o atendimento - seja como profissionais da rede intersetorial ou como usuários(as). Ainda que haja a valorização da singularidade de cada serviço, de acordo com a especificidade das equipes, da população usuária e seu território, compreendemos a importância de um fluxo de atendimento único para os Centros POP do município, assim como a padronização de instrumentos técnicos e termos utilizados no cotidiano dos atendimentos.

A perspectiva foi propiciar uma coleta de dados mais fidedigna à realidade, possibilitando o fortalecimento e a implementação de novas políticas públicas necessárias por meio da obtenção de dados. A busca pela uniformidade de alguns fluxos de trabalho ou a construção de critérios de atendimento e acompanhamento evidencia a necessidade de não assumirmos diretrizes opostas, estando em um mesmo tipo de equipamento público.

De certo que tais questões não trazem a resolução de todos os problemas vivenciados na execução do equipamento, todavia, identificou-se que a construção de fluxos e termos

unificados perpassa também pela construção de sentidos de cada decisão e conceituação. Nesse processo de tentativa de reordenamento do atendimento, em diálogo com a realidade de uma demanda maior que a capacidade técnica e estrutural, as equipes tiveram a oportunidade de refazer leituras de normativas nacionais e de estudos com experiências de outros municípios que provocaram um debate profundo sobre o objetivo do serviço, sobre a percepção da mudança da demanda, de um alinhamento nas propostas ofertadas ao território, de termos que ao serem utilizados da mesma forma garantiam o entendimento e facilitação dos estudos de casos entre as equipes e coordenações.

Diante dessas questões identificadas, o coletivo gestor do município e a equipe de trabalhadores se dedicaram durante doze encontros semanais, entre os meses de novembro/2023 a abril/2024, a discutir a revisão e construção de novos instrumentos técnicos a serem utilizados no atendimento e acompanhamento da população (revisão da Ficha Inicial de Atendimento e construção de Plano Individual de Atendimento para os Centros POPs), ao desenho unificado do fluxo de atendimento (compreendendo os acessos, os grupos atendidos, os conceitos e termos utilizados) e de uma construção coletiva de formação de equipes de referência para o acompanhamento e sua capacidade de acompanhamento.

Nesses encontros, foram utilizadas metodologias participativas, considerando a prática em exercício de cada equipe, e os atendimentos foram suspensos nos Centros POP para que as equipes dos quatro serviços se encontrassem juntas para estas produções e discussões. Essa difícil decisão de suspender um dia de atendimento por semana indicou o entendimento do tamanho do desafio e da necessidade de reestruturação do processo de trabalho nesses serviços.

A identificação destas questões iniciais, contudo, não se apresentou como as únicas a serem enfrentadas. Durante o processo, percebemos que a precarização da política e do trabalho nesses equipamentos solidificou lacunas importantes no desenvolvimento da política pública municipal que precisam ser respondidas de forma permanente e gradual. Algumas questões foram apontadas para o nível central de gestão, como questões de estrutura, de alternativas ampliadas para a garantia da segurança alimentar e demanda de protocolos intersetoriais e outros fluxos institucionais estão sendo também revisadas. Um Grupo de Trabalho (GT) foi instituído para construção de sínteses desses encontros, com composição diversa de formação e representação de todos os Centros POP, e se aponta como espaço de

continuidade para permanente discussão dos desafios no atendimento às pessoas em situação de rua nesses serviços especializados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Refletir acerca da dinâmica de trabalho mostra-se um desafio em tempos de ultraliberalismo, de uma sociedade que exige respostas cada vez mais rápidas diante de tamanhas desigualdades sociais. Portanto, faz-se essencial construir espaços para a reflexão coletiva tendo em vista a melhoria dos serviços ofertados.

Chamou-nos atenção como a possibilidade desses encontros gerou alterações nas dinâmicas de funcionamento dos Centros Pop, seja no âmbito dos instrumentais utilizados, quanto nos fluxos de trabalho e condução dos fazeres profissionais, e nos indica como estratégias de gestão do trabalho e dos serviços também precisam ser revisitados para o fortalecimento de espaços coletivos de formação, discussão, estudo e avaliação dos serviços. Essa possibilidade de encontro entre todas as equipes fortaleceu a solidariedade e favoreceu trocas de experiências centrais para o avanço de uma melhor oferta dos serviços socioassistenciais à população em situação de rua. A construção de unidade de organização e atendimento proporcionou que as gestoras desses equipamentos também construíssem momentos paralelos de elaboração de estratégias e ferramentas conjuntas para o trabalho com as equipes.

Assim sendo, um caminho para fazer fugir as respostas instituídas parece ser a criação de espaços de crítica coletiva. Esses espaços, de uma maneira ou de outra, já existem institucionalizados e dizem respeito às reuniões semanais ocorridas em cada Centro POP para discussão de fluxos de trabalho e estudo de caso. Todavia, a sobrecarga de trabalho, somada a tantas outras problemáticas do cotidiano institucional, como a falta de estrutura e desproporcionalidade do quantitativo de profissionais para o número de demandas, inviabilizam o processo. Na ausência de discussões, não é difícil cair em abordagens tecnicistas e reducionistas que tamponam as singularidades. As reuniões entre as equipes dos Centros POP emergem como possibilidade de problematizar nossas abordagens cotidianas que por fazer parte da composição da rotina podem ser facilmente naturalizadas.

É preciso criar outras vias, como possibilidades de encontro e compartilhamento de experiências entre os profissionais, enquanto dispositivos disruptivos para despistar as

vestimentas condicionadas para as intervenções cotidianas. Faz-se imprescindível estar aberto para aprendermos algo novo, onde justamente as respostas já se encontram aparentemente dadas. Por isso também, faz-se necessário trazer para os usuários os debates realizados e as alterações dos fluxos de trabalho promovidas, repensando junto a eles se faz sentido e quais outras possibilidades de mudanças necessárias deve fazer parte desse processo em construção que compõe nosso fazer coletivo, inclusive na proposição de outros encontros em que eles possam estar presentes contribuindo na reflexão dos próprios fluxos de funcionamento do serviço a partir de suas percepções singulares e disruptivas.

Ainda que tenhamos a ciência de que o atendimento da população em situação de rua dialoga com uma análise de política e investimento público, está em processo de construção um novo fazer ético nos Centros POP de Recife. Ele reafirma uma ineficiência relativa da política pública em execução, ao mesmo tempo que indica a elaboração de crítica geradora de transformação e resistência a um cotidiano violento e adoecedor para trabalhadores e população usuária, na reinvenção do cotidiano institucional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Pablo Martins. **O trabalho na Assistência Social como uma “missão de vida”**: Dinâmicas de poder e identidades profissionais de Assistentes Sociais e Psicólogos. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/17063>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ARAÚJO, Evelly. Racismo e proibicionismo: Um retorno ao pensamento social do negro no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 26, n. 3, 2023.

BRASIL. **Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. (2005). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11258.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11258.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto presidencial n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** (2009). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo. n. 8, p. 85-103, 2017.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social.** São Paulo: Cortez, 7 ed., 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo, Cortez, 2004.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Monica dos; BACK, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** 2 ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 45- 74.

LOPES, Fábio José Orsini. **Proibicionismo e Atenção em Saúde a usuários de drogas: tensões e desafios às políticas públicas.** Revista Psicologia & Sociedade. v. 31, 2019.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo, Cortez, 2001.

NERI, Marcelo Côrtes. **Mapa da Riqueza no Brasil.** Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: [www.fgv.br/cps/riqueza](http://www.fgv.br/cps/riqueza). Acesso em: 20 abr. 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Política Social no Brasil: da cidadania regulada à universalização regressiva. In: DANTAS, H.; JUNIOR, J. P. M. (Org.). **Introdução à Política Brasileira.** 1 ed. São Paulo: Paulus Editora, 2007, p. 7-304

PEREIRA; Potyara Amazoneida Pereira. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA; Potyara Amazoneida P. (orgs.) **Política Social e Democracia.** Cortez, São Paulo, 2012.

SOUSA, Charles Toniolo de. Práticas punitivas e Serviço Social: reflexões sobre o cotidiano profissional no campo sociojurídico. In FÁVERO, Eunice. T.; GOIS, Dalva A. (Orgs.) **Serviço Social e temas sociojurídicos: debates e experiências.** Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014.